



**UMA ABORDAGEM SOBRE A SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA:
CONCEITUAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**

**AN APPROACH TO THE SOLE PROPRIETORSHIP
LAW SOCIETY: CONCEPT, REGULATION AND TAXATION**

Olga Pereira Holanda¹, Marília de Melo Gomes Ferreira²

Resumo: Com o desígnio de facilitar a legalização dos serviços de advocacia, criou-se, em 2016, uma legislação que autoriza a sociedade unipessoal de advogados, na qual, estabelece-se uma pessoa jurídica que tem suas próprias particularidades. Trata-se, dessa forma, da lei n 13.247/2016, que permite ao advogado registrar-se na Seccional da OAB, assentindo também que ele faça opção pelo regime tributário Simples Nacional. A presente pesquisa objetiva entender a criação, regulamentação, e a tributação aplicada às sociedades unipessoais de advocacia. Por sua vez, a pesquisa evidencia os seguintes objetivos específicos de constatar a responsabilização subsidiária e ilimitada da sociedade unipessoal de advocacia, identificar os impactos do chamado Simples Nacional na sociedade advocatícia unipessoal, e verificar as alterações do Estatuto da Advocacia suscitadas pela Lei supracitada. Recorrendo à legislação pertinente e com uma aplicabilidade metodológica voltada para a bibliografia, na qual, ao utilizar-se de sites, artigos científicos e a pesquisa documental, deu-se uma margem para um método de abordagem dedutiva e para um procedimento comparativo, constatando-se, dessa forma, que a Lei 13.247/2016 trouxe diversas vantagens ao profissional do Direito, sendo a tributação a principal delas.

Palavras-chave: Oab, simples nacional, lei, advogado, responsabilidade

Abstract: In order to facilitate the legalization of Law services, a Law was created in 2016 authorizing the sole proprietorship of Law Soceity, in wich a legal entity with its own particularities is established. Thus, it is the Law No. 13.247/2016, which allows the lawyer to register with the Section of the OAB, also nodding to him to opt for the Simple National tax regime. This research aims to understand the creation, regulation, and taxation applied to sole proprietorships. In turn, the research highlights the following specific objectives of ascertaining the subsidiary and unlimited liability of the sole proprietorship, identifying the impacts of the so-called National Simple on sole proprietorship, and verifying the chances of the Statute of Advocacy raised by the aforementioned Law. Using the relevant legislation and with a methodological applicability focused on the bibliography, in wich, by using websites, scientific articles and documentary research, there was room for a deductive approach method and a comparative procedure. Thus, Law No. 13.247/2016 brought several advantages to the legal Professional, with taxation being the main one.

Key-Words: oab, simple national, law, lawyer , liability

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG — Campus Sousa

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG — Campus Sousa